

QUESTÕES CULTURAIS HISTORICAMENTE DIMENSIONADAS

Ligia Karam Corrêa de Magalhães*



MATELART, Armand. *Diversidade cultural e mundialização*. São Paulo: Parábola, 2005. 168p. ISBN: 85-88456-45-X

Armand Mattelart, pensador e teórico belga, professor de Mídia da Universidade de Paris VIII, é autor de vários livros traduzidos no Brasil, dentre os quais: *História das teorias da comunicação* (Ed. Loyola, 1999, com Michele Mattelart); *A globalização da comunicação* (EDUSC, 2000); *História da sociedade da informação* (Ed. Loyola, 2002); *Para ler o Pato Donald* (Paz e Terra, 2002, com A. Dorfmann); e *Introdução aos estudos culturais* (Parábola Editorial, 2004, com É. Neveu). Em todos eles, as várias questões postas em discussão são marcadas pela contextualização histórica. No livro *Diversidade cultural e mundialização*, esta contextualização é expressa pela análise dos modos pelos quais a cultura tem sido inscrita no discurso que absorve a produção cultural não mais como o valor do diverso (formas de viver e de pensar locais/regio-

nais), mas como valor de mercado. A absorção da cultura como instrumento político pertencente à área mercadológica é situada a partir da 1ª Guerra Mundial, quando a “abordagem cultural” dá lugar à “abordagem informacional”. Enquanto a primeira é marcada por trocas que acontecem a partir de mídias mais lentas, a segunda se caracteriza pelo uso intensivo de tecnologias cada vez avançadas, pelo controle da informação e por mídias cada vez mais velozes, que conferem rapidez aos fluxos.

O que as tecnologias acrescentam não é simplesmente a rapidez, mas a tendência à domesticação da diferença, em favor das produções hegemônicas, irradiadas de cima para baixo, do centro para as periferias. Assim, o maior risco deste novo discurso colonialista é a redução da “diversidade ao adágio” (p. 35), uma vez que as culturas não hegemônicas ganham espaço apenas por serem exóticas (bizarras) e associadas às minorias discriminadas no contexto da globalização.

Para caracterizar as produções hegemônicas, o autor focaliza o desenvolvimento da indústria cinematográfica americana, no enredo da “nova” cultura, com “novas” formas de produção e de publicidade, incitando novos modelos culturais, que por sua vez expressam o novo imperialismo.

A partir da criação da UNESCO, Mattelart situa a “institucionalização da cultura” e “a revelação da troca desigual”, cada vez mais fomentada pela indústria cultural. Discute a construção da rede global como movimento de “integrar a empresa para unificar o mundo”, sublinhando que “não existe globalização sem o desmantelamento das regulamentações públicas [...] a instauração de um quadro jurídico propício à extensão do espaço da mercadoria” (p. 89-91). Trabalha, nestes termos, a articulação das trocas culturais desiguais determinadas por acordos comerciais, na configuração de uma nova colonização.

*Doutoranda do ProPEd – UERJ.

O autor analisa estes acordos focalizando a defesa dos interesses da indústria cinematográfica norte-americana que, através da *Motion Picture Export Association of America*, criada em 1947, intervém nos mercados externos não apenas pelo acúmulo de suas funções de produção, distribuição e exploração de produtos, o que constituiu violação da lei antitruste, mas também por agregar a “venda” do *American way of life*. Destaca que, nos anos pós-guerra, o número de filmes americanos projetados nas salas da Alemanha, França, Inglaterra e Itália ganharam espaço, em função da assinatura de acordos que estes países se viram compelidos a aceitar, por conta da renegociação da dívida externa com os Estados Unidos.

No contexto da América Latina, o autor registra que, entre os anos 60 e 80, são feitas alianças entre os cineastas destes países, como forma de fazer frente ao “imperialismo cultural” (p. 76). Mas esta iniciativa não foi suficiente para impedir o declínio da indústria cinematográfica mexicana, na medida em que a defesa dos interesses dos países centrais foi estendida a outras indústrias midiáticas.

Nesse processo de modelar culturas não hegemônicas, sobressai o caráter nocivo da mundialização. As culturas dos países menos favorecidos economicamente tendem a ser sobrepostas, a esmaecer, ou mesmo a desaparecer. O valor de produtos que expressam culturas locais perde espaço para os grandes conglomerados comunicacionais que, sustentados por tecnologias mais sofisticadas, podem fazer circular a sua seleção dos bens produzidos pela humanidade, fazendo-a viajar pelo mercado transnacional no discurso da democratização da cultura.

Na unicidade produzida de cima para baixo, ou seja, dos países centrais sobre os periféricos, a modernização das sociedades tem na mídia uma peça-chave, “moldando” essas “sociedades atrasadas”, com espaço inesgotável para a venda de produtos e para a formação da “sociedade do consumo”, rumo a uma nova ordem mundial.

O respeito à diversidade cultural valoriza a história, as culturas locais, a participação do cidadão na construção do Estado-nação e, por isso, está na contramão dos paradigmas de desenvolvimento/modernização do centro para a periferia, com seu caráter unificador e uniformizador, atingindo até mesmo a formatação e remetendo à “desculturação”. Neste movimento, contraditoriamente, é fortalecido o discurso da diversidade cultural. Como afirma o autor (p.133): “o conceito de diversidade cultural não apenas se espalha e continua a inspirar políticas públicas atinentes às indústrias da cultura, mas sua audiência crescente desde o início do novo milênio mostra que ele as transcende e tende a se tornar uma referência maior na busca de um novo ordenamento do planeta”.